

## CIDADANIA E MUDANÇA

### *CITIZENSHIP AND CHANGE*

Pedro Rocha LEMOS<sup>1</sup>

*“Lutar para subverter esse mundo e construir uma sociedade solidária é o compromisso do humanismo contemporâneo”<sup>2</sup>*

Nas últimas décadas o termo cidadania vem adquirindo amplitude e é um dos temas com grande projeção na sociedade, estando presente em todas as discussões que envolvem questões referentes aos direitos e deveres das pessoas. Estando sistematicamente focada na mídia, nos discursos políticos, e se constituindo em uma das prioridades na planificação de políticas públicas. Cidadania vem conquistando lugar de destaque em estudos acadêmicos, e como não poderia deixar de ser, está incorporada nas reflexões que envolvem o cotidiano de indivíduos e de movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e contra qualquer tipo de opressão.

Mas afinal, o que é cidadania? Nas sociedades modernas, convencionalmente associamos o termo a um sistema de ordens que organiza a relação entre Estado e cidadão. Ser cidadão significa pertencer passiva e ativamente como pessoa legítima e igual a todos outros membros a um território geográfico organizado como **Estado – Nação**. Neste sentido cidadania significa ter direitos e deveres na sociedade em que se vive.

Hoje, por cidadão entende-se: ser livre e igual para participar da organização da vida pública, ter direito à uma vida digna, liberdade, e o direito de escolher os governantes, e o lugar ou região mais adequada para viver sua vida individual e/ou familiar. Ser cidadão também significa o dever de respeitar as convenções (leis), que organizam a vida em sociedade, normatizadas pelo **Estado**.

Outras recorrências que ajudam na compreensão do significado de cidadania moderna vem da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (ONU 1948), e da atual **Constituição Brasileira** (1988). Estas convenções determinam que para ser cidadão além do sentido da pertença (ter identidade na cidade e/ou nação), e das garantias citadas acima, são considerados cidadãos todas as pessoas, independente de raça, religião e sexo. A garantia da cidadania se dá através do acesso à todos à educação, saúde, habitação, alimentação e lazer. Estas são as condições mínimas que deveriam proporcionar qualidade de vida a todos no mundo atual. A convenção da ONU estabeleceu um princípio ético que deve ser seguido

---

<sup>(1)</sup> Doutor em Sociologia Política. Professor da Faculdade de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Coordenador do Programa de Apoio às Políticas Públicas (PAPP), e membro do LESEC – Laboratório de Estudos da Sociedade Ética e Cidadania –, PUC-Campinas. Professor de Sociologia da Escola Superior de Educação Física de Jundiaí.

<sup>(2)</sup> Emir Sader, “Estar com os de baixo”, Tendências e Debates, pag. A3, Folha de São Paulo – 07 de novembro de 2000.

por todas nações, isto quer dizer que cidadania ganhou um caráter universal (**cidadania universal**), que deve ser referência para todas as nações do mundo.

Entretanto, sabemos que na vida real as coisas não são tão simples assim. Se tomarmos como referência o Brasil, não fica difícil notar, que milhares e milhares de pessoas, por não terem garantido estas condições mínimas, estão excluídas da cidadania. Praticamente metade da população brasileira vive em condições precárias, sendo que, cerca de 30% desta, vive abaixo da linha da pobreza. Somada à esta tragédia social, notamos também a presença acentuada de discriminações raciais sexuais e de gênero.

Nota-se que focar cidadania significa mergulhar num universo complexo. A experiência histórica moderna que se iniciou com as revoluções dos séculos XVII e XVIII, se instituiu produzindo inúmeras contradições. Se de um lado temos como referência a utopia da igualdade e a liberdade, de outro, percebemos a predominância de um mundo que acentua as desigualdade, as discriminações, e tendo como consequência a exclusão.

Diante da complexidade contida neste tema, enfocaremos o estudo de cidadania, tendo em conta, como a mesma se instituiu através da história. Procuraremos também verificar as diferentes abstrações teóricas das Ciências Sociais, em suas diferentes interpretações.

Demonstrar sua trajetória e suas diferentes apropriações, como foi concebida e entendida desde sua origem, contribui para nossa reflexão sobre os problemas contemporâneos.

Estes estudos contribuem para a compreensão do objeto principal deste estudo, o qual verificado na história recente, tendo no Brasil uma dimensão particular, que são lutas sociais e experiências concretas do cotidiano, movidas pelos Novos Movimentos Sociais, que apontam outras abstrações para pensar o que seria uma nova cidadania, a **cidadania ativa**, que muda substancialmente seu significado cultural.

Convidamos você para esta reflexão.

## MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais se confundem com a história das civilizações. Via de regra, estão presentes, com maior ou menor grau, em sociedades nas quais, as relações sociais, se constroem em ambientes de contradições e conflitos. É recorrente nos dias atuais, nos depararmos com movimentos sociais que expressam os antagonismos que demarcam os conflitos contemporâneos. São os movimentos operários, feministas, de negros, os sem terras, os sem tetos, como tantos outros.

Os movimentos sociais em geral, por se inserirem em situações de conflitos se pautam por relações de poder, portanto, sempre estiveram inscritos no universo da política, colocando em evidência as contradições de cada experiência societária em particular, quanto aos seus valores, regras, privilégios, e diferenças sociais.

Em cada tempo, em cada particularidade histórica, o que dá sentido aos movimentos sociais, são as lutas organizadas e coletivas que, a partir de uma determinada visão de mundo e interesse, se movem, com o propósito de conservar ou mudar as relações sociais. A existência de um movimento social com o propósito de mudança, se dá sempre em situações reais concretas em que, pessoas, por se sentirem oprimidas por algum motivo, e que se percebiam identificadas como grupo ou classe, se organizam em ações coletivas para lutar e mudar as relações de opressão. Na experiência moderna estes movimentos estão quase sempre associados a conquista da cidadania. Neste sentido o estudo da trajetória da cidadania ao longo da história, mapeia o impacto dos movimentos sociais nos processos de mudanças nas sociedades, que podem ocorrer a níveis local., regional e global.

## CIDADANIA E HISTÓRIA

### 1. A Cidadania Clássica

Herdamos das civilizações antigas (ocidentais) os primeiros parâmetros que deram sentido à cidadania. Desde sua origem esteve intimamente vinculada à política. A origem da expressão política

vem da antiga Grécia. Ta política, vem de Polis. Polis em sua versão latina é cidade.

Cidadania significava ter direito a cidade, e esta era entendida como comunidade organizada, formada por cidadãos (civitas, da tradição romana e polítikos da tradição grega), que seriam os homens nascidos no solo da cidade. Estes eram considerados livres e iguais, portadores de direitos inquestionáveis. Existia a isonomia (igualdade perante a lei) e a esegoria (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a cidade deveria ou não realizar).

Neste longo período da história, só eram considerados cidadãos, os nobres pertencentes a aristocracia (proprietários de terras). Não eram considerados cidadãos as mulheres, servos, escravos e estrangeiros. Esta concepção de cidadania não mudou no mundo medieval, e manteve sua estrutura social estática nas monarquias absolutistas da Idade Moderna.

## CIDADANIA DO NOVO SENTIDO

Ao adentrarmos no século XXI nos colocamos diante da mesma perplexidade que marcou o início do século XX. Seu projeto original, cidadania da vertente liberal, hoje em sua versão **neoliberal**, demonstra que a igualdade para todos não se consolidou. Na verdade continua produzindo uma cultura de igualdade e liberdade, pautada nas referências do modelo liberal clássico, tendo como suporte o mercado.

A sociedade atual vem sendo marcada pela crescente e brutal iniquidade social. Uma sociedade que faz dos ricos cada vez mais ricos cada vez mais poderosos e dos pobres cada vez menos capazes de sair da miséria, da degradação, da simples luta pela sobrevivência em que se tornou a vida para a grande maioria da humanidade. A exclusão social vem ganhando proporções alarmantes. Uma parcela considerável de trabalhadores vem sendo excluída do mercado de trabalho. Sem trabalho se tornam sem teto, sem terra, ficando fora do acesso ao consumo, portanto os termos da lógica liberal, não cidadãos.

Nesta sociedade, apesar dos direitos consagrados, como visto, ser consumidor, é que qualifica

a condição de cidadania. Este quadro aponta grandes desafios para a democracia, e a partir deles, os movimentos sociais se articulam e demarcam novos cenários, tendo como meta a construção de uma sociedade pautada pela **ética da solidariedade e humanista**

Nesta conjuntura profundamente marcada pela crise dos modelos societários modernos, os movimentos sociais ocupam ainda um lugar central no debate contemporâneo.

Os registros históricos da segunda metade do século XX dão visibilidade a práticas sociais coletivas renovadoras, que entram na história subvertendo a cultura política dominante. Estas práticas estão contidas na instituição dos **Novos Movimentos Sociais**. É no terreno das lutas desses movimentos, que se institui, o que vem a ser a **cidadania de um novo sentido**.

Estas novas práticas sociais vem ganhando projeção em muitas nações do mundo desde os anos 70, fortalecendo as dimensões organizativas da sociedade civil. Na experiência brasileira são significativos estes fenômenos, que passam a se projetar nesse período.

Vejamos os fatos. No Brasil, na década de 70, um fenômeno passou a ser foco de atenção da imprensa e de acadêmicos que lidavam com questões sociais. Na periferia de São Paulo, donas de casas saem às ruas segurando em suas mãos panelas vazias. Reivindicavam melhoria nas condições de vida. Estava nascendo o Movimento Contra a Caristia.

Estas práticas coletivas organizadas pelos excluídos são reproduzidas em outros centros urbanos, e entram definitivamente na agenda das lutas populares, que buscam diminuir as grandes desigualdades sociais que são marcantes até os tempos atuais. Suas lutas centram o foco na conquistas de direitos sociais cobrando do Estado, o acesso aos equipamentos públicos como os serviços de saúde, educação, água luz e política para aquisição de casa própria. Nas décadas seguintes ganham destaque o MST (Movimento dos Sem Terra) e o Movimento dos Sem Teto, que aos poucos foram se projetando nacionalmente.

Estes movimentos são articulados por grupos de moradores interessados em solucionar pro-

blemas concretos dos bairros de periferia das grandes cidades. Passam a ser identificados por movimentos populares, compreendendo o conjunto de formas de mobilização ligadas diretamente e indiretamente ao processo produtivo.

Os Novos Movimentos Sociais instituem um novo tipo de sujeito coletivo e agente social. Apontam para novos tipos de conflitos e novos tipos de espaços públicos que não se restringem aos partidos e sindicatos, e, as questões voltados exclusivamente vinculados as lutas de classes.

Estes movimentos apresentam questões que eram tratados com preconceito na sociedade, ao propor, reflexões não só de caráter econômico, introduzindo discussões sobre a sexualidade, raça e meio ambiente. Os movimentos feministas, por exemplo, simboliza esta mudança cultural. Demonstram que a dominação é muito mais complexa e não se restringe ao universo do econômico. Suas lutas que vão contra a todos tipos de opressão à mulher.

Com esta nova **cultura política** que nasceu nas lutas cotidianas despontam os movimentos anti-racistas, com destaque os de negros e índios, de homossexuais, movimentos ambientalistas e os que lutam contra todos os tipos de discriminação, como por exemplo, os movimentos dos deficientes físicos e de idosos.

Estes Novos Movimentos Sociais se caracterizam pela requalificação da noção de cidadania, na medida que instituem uma nova concepção no trato de questões vinculadas às lutas por direitos. Institui-se a partir deles, uma ética que se prima pelo compromisso com o coletivo e a construção de uma **esfera pública democrática**, sem ferir **identidades culturais**.

A visualização desta novidade, se dá através daquilo que vem sendo revelado pelas experiências concretas destes movimentos sociais, interpretada sociologicamente por alguns autores, como lutas **pelo direito a ter direito**. Entendidos como Novos Movimentos Sociais, por demarcarem novos cenários, os quais não se restringem às esferas públicas tradicionais de representação política (partidos e sindicatos). Estes cenários emergem de forma autônoma e via de regra contestavam a ordem estabelecida.

Como consequência, estudos demonstram que estes cenários colocam em evidência os embates entre legalidade e legitimidade, sendo que a nova contratualidade surgem de forma negociada de conflitos e desembocando no surgimento de um “direito” alternativo no qual os critérios de justiça substantiva superam os critérios da legalidade positiva.

Tem-se a partir daí um salto qualitativo, no qual a cidadania política não se restringe à participação meramente em processos eleitorais. Institui-se outra qualidade de participação, da criação de novos direitos, novos espaços e da possibilidade de novos sujeitos políticos, novos cidadãos ativos. Introduzem novas formas de relacionamento dos movimentos organizados com os poderes públicos, enfatizando assim a **democracia direta**.

As formas de gestões se abrem à participação popular e as formas de negociação em que demandas e reivindicações estabelecem as pautas de prioridades e relevância na distribuição de recursos públicos, bem como a ordem de responsabilidades dos autores envolvidos. Daí a perspectiva da instituição da democracia na qual os direitos e a lei que se firmam e se renovam na prática da representação, interlocução e negociação de interesses.

Como visto estas práticas sociais coletivas adquirem conteúdos que subvertem o modelo até então dominante. Neste sentido ganha consistência uma nova cultura política provinda dos movimentos sociais urbanos, de trabalhadores urbanos e rurais, de todos que lutam pelo direito à diferença, ou seja, pelo direito de ser mulher, de ser negro, de ser índio e de ser homossexual, acentuando assim as identidades individuais, culturais, e de ações coletivas de grupos organizados.

Outra característica importante é que estes movimentos passam também a se constituir em redes. As questões que envolvem cada ordem de luta deixa de ser só local. Elas extrapolam as identidades nacionais, e adquirem caráter global. As redes proporcionam relações de solidariedades entre movimentos de várias partes do mundo, ampliando a concepção de **cidadania universal** instituída pelas lutas destes sujeitos sociais coletivos.

Outra novidade destas organizações, tanto as de caráter social, como aquelas que lutam contra preconceitos, é que as mesmas se instituíram de forma autônoma. Estas experiências criam novas esferas e espaços públicos para o trato de questões que identifica cada movimento. Não são mais só os sindicatos e/ou partidos políticos, os fóruns de articulação de suas lutas.

Estes fenômenos da história permitem conceber cidadania, com parâmetros distintos daqueles instituídos pela cultura que ainda vem predominando o cenário das democracias modernas: a cidadania tutelada e/ou regulada pelo Estado e/ou pelos parâmetros do mercado.

O Novos Movimentos Sociais ao contrário, instituem outra concepção. A cidadania passa a ser construída nos processos de participação dos sujeitos sociais inseridos em práticas sociais coletivas, priorizando as questões de ordem sócio-ambiental, cultural, de gênero, sexual e do reconhecimento das diferenças, como parâmetro prioritário para a organização da vida social.

Este contexto fortalece a sociedade civil, proporcionando outras formas de participação, que passam a interferir na gestão da vida pública. Temos como exemplo outros fenômenos que entram em cena nos anos 90 do século passado que estão inseridas nessas emergências. As ONGs (Organizações não Governamentais) e os Conselhos Gestores da experiência brasileira, conquistados e instituídos através da Constituição de 1988 se enquadram nesta mudança cultural.

Os Conselhos Gestores congregam setores representativos da sociedade civil, e representantes da esfera governamental, com fins de gerir sobre questões de interesse público. Nas cidades já se faz sentir a presença de Conselhos de toda ordem: Conselho da Mulher; Conselho do Idoso, Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, Conselho do Meio Ambiente, da Defesa do Patrimônio Arquitetônico e Cultural, da Consciência Negra etc.

A normatização dos conselhos (constituição de 88), e suas interlocuções com os movimentos sociais e ONGs, potencializa a possibilidade da **democracia direta**. Com estas novas emergências, o ato de governar (que tradicionalmente restrita as

esferas governamentais) passa a ter a participação destes novos atores sociais.

A participação política na sociedade adquire outra qualidade. As **subjectividades**, ou seja, desejos, sonhos, valores culturais de grupos organizados, e de indivíduos que lutam por direitos, se tornam referências para qualificar cidadania. O indivíduo passa a ser sujeito de sua própria história, e não mais produto instituído e servo dos ditames daqueles que de cima determinam o que é direito e dever.

Os novos valores contidos nesta nova noção de cidadania, subverte cotidianamente o modelo marcado pelo poder das elites e do imperativo do mercado, aquelas que se caracterizam pelo centralismo burocrático e hierarquizado.

Estas práticas sociais coletivas, que fazem emergir um novo sujeito social, introduzem uma nova concepção de cultura política. Cidadania passa a ser uma construção, que busca a ampliação e o aprofundamento da democracia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNI, J. C. Há Uma Crise nas Ciências Sociais? In *O Pensamento em crise e as artimanhas do poder* Org. Neto, J.C. e Lahuerta. São Paulo, Ed. Unesp, 1988.
- COVRE, Manzini. L, M. **O Que é Cidadania**, São Paulo: Brasiliense. Ed. 1998.
- DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania, in **Anos 90 e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- DALARI, D. **O que são direitos das pessoas**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1994.
- DOMINGUES, José M. O Estado, a Democracia e a Cidadania, in **Sociologia e Modernidade**: São Paulo Civilização Brasileira, 1999.
- DURHAM, Eunice R. **Movimentos Sociais e a Construção da Cidadania**. In *Novos Estudos* São Paulo: Cebrap, v. 3, n. 10. Outubro, 1984.
- GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: ed. Loyola.

- LOPES, Doraci Alves. A Assembléia do Povo: A Luta da Lei da Terra e a Identidade de Favelado. In **Marginais da História?**. Campinas: Ed. Alinea, 1997
- MARSHALL, T.H. Cidadania Classes Sociais e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- SOUSA Boaventura S. **Subjetividade, Cidadania e Emancipação. In Pela Mão de Alice**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- VIEIRA, LISZT Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001
- WARREN e SCHCRER, I. **Cidadania Sem Fronteiras, ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.
- WANDERLEY, L.E. A questão social no contexto da globalização. In **Desigualdade e Questão Social**: CASTEL R., WANDERLEY L E. e WANDERLEY M. B. São Paulo: Educ 1997.

#### SUGESTÕES PARA TRABALHO:

##### A – Para estimular debates em sala de aula

1. Selecionar alguns ou todos conceitos do texto destacados em negrito, e verificar como os

mesmos são trabalhados em outras disciplinas de seu curso e em outros artigos deste livro.

2. Discutir o que foi apreendido dos conceitos em pequenos grupos e associar a importância destes para a compreensão do texto.

3. Traçar de maneira sintética a trajetória histórica do conceito cidadania e quais são suas diferentes definições.

4. Discutir em pequenos grupos e em seguida debater com o restante da classe, a importância cultural da nova concepção de cidadania

##### C - Sugestão para pesquisa

Pesquisas individuais e/ou em pequenos grupos:

1. Levantar dados sobre a existência de movimentos sociais na cidade e como se caracterizam, tendo como referência o texto estudado.

2. Verificar quais as ONGs que atuam na cidade e em que tema centram seus trabalhos.

3. Verificar quais os conselhos que estão instituídos na cidade.

4. Levantamento de artigos na imprensa que tratam dos temas ligados aos movimentos sociais ONGs e conselhos.